

A Historiografia Económica Portuguesa

no Contexto Internacional*

Álvaro Garrido

Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

alvfrgarrido@gmail.com

Resumo

Este artigo sintetiza o percurso de afirmação da História Económica na historiografia portuguesa do século XX. Partindo das evidências de atraso e de difícil implementação da História Económica no espaço académico português, em primeiro lugar situam-se os diálogos epistemológicos que no contexto internacional facilitaram a institucionalização da História Económica como campo de conhecimento e modo de análise das sociedades. Em segundo lugar, descreve-se e interpretam-se as singularidades do “processo português”, colocando em relevo as conexões entre o processo de desenvolvimento económico do país e a produção de conhecimento, ainda que irregular, no domínio da História Económica. A análise salienta os momentos de ruptura, ou de renovação e avanço, de uma História Económica que hoje ocupa um lugar de destaque no mapa das ciências sociais em Portugal, quer na investigação quer no ensino.

Abstract

This article summarizes the path followed by Economic History in order to win acceptance in the Portuguese historiography of the twentieth century. From the evidence of the delayed and difficult inclusion of Economic History in the Portuguese academic space, first we discuss the epistemological dialogues that facilitated the institutionalization of economic history as a field of knowledge and means to analyze societies within the international context. Second, we describe and interpret the singularities of the “Portuguese process,” placing emphasis on the connections between the economic development process of the country and the production of knowledge, albeit uneven, in the area of Economic History. The analysis highlights the moments of rupture, or of renewal and progress, of an economic history that now occupies a prominent place on the map of social sciences in Portugal, in research as well as teaching.

História e historicismos – uma herança pesada

S seja a cultura em que nos inserimos mais ou menos historicista, a investigação e o ensino da História são um recurso fundamental para a compreensão do presente. Inúmeros autores têm alertado para as vantagens da inclusão da análise das questões do nosso tempo numa perspectiva histórica¹. Não cremos, porém, à maneira historicista, que o único método razoável para o estudo da acção humana e das instituições sociais seja o “método histórico”.

Volvida a herança setecentista de uma História confinada ao estatuto e papel de filosofia da história, no âmbito do iluminismo racionalista, por impulso do movimento revolucionário francês e das resistências que gerou, a História fez-se apegada à ideia de nação e afirmou-se apoiada na necessidade de construir e socializar uma tradição nacional, tomando como base o estudo de fontes (PEREIRA, 2010, 23-25).

Além do estímulo dos nacionalismos liberais, a História – ou o “método histórico”, como a declaravam os seus cultores – conheceu especiais avanços no espaço político-cultural germânico. A “escola histórica” alemã distinguiu-se pela definição criteriosa dos modos de fazer História, pelo estabelecimento preciso das condições de erudição que deviam presidir ao estabelecimento dos factos e à crítica das fontes, princípios de método que foram acolhidos na Economia. Ainda assim, todos os géneros de historicismo, quer as escolas histórias alemã e britânica de ciências sociais quer o primeiro institucionalismo americano, rejeitaram a economia

(MISES, 2010, 233). Como notou Vitorino Magalhães Godinho, “na realidade, os meados do século XIX fracassaram tanto em historicizar a economia como em teorizar a história económica” (GODINHO, 1970, 21).

Em boa parte da Europa e também em Portugal, o impacto do cientismo e da filosofia comtiana na História foi significativo. O empirismo e a concepção providencialista da “escola histórica” alemã adaptaram-se ao método indutivo de descoberta da “verdade”, categoria de índole moral que estaria contida nos factos. Nascia a “escola metódica”, que em França foi animada, sobretudo, por Charles Seignobos (1854-1942).

Em finais do século XIX, a História já conquistara uma larga expressão institucional; em diversos países ganhara foros de ciência de Estado. Uma vez conjugada com a Economia e com a Sociologia, de início confinadas às escolas de Direito, e depois de beneficiar de um amplo processo de crítica aos positivismos, a História renovada abriu caminho a combinações epistemológicas inéditas. Marx, Simiand, Durkheim e Weber, todos bons conhecedores de História, foram decisivos nos processos de crítica e distanciamento em relação aos postulados do positivismo naturalista e diltheiano (PEREIRA, 2010, 27-28).

Apesar da preocupante ruptura entre a História e a Sociologia que se deu após o desaparecimento de Durkheim (1858-1917) e de Weber (1864-1920), aqueles e outros autores abriram caminho a novas perspectivas de tempo e à reflexão histórica sobre diversas instâncias da realidade social. Fizeram-no além da consagrada dimensão política, cujo conhecimento histórico se confinava aos factos que, a título descritivo, compunham as narrativas oficiais. Só mais tarde acolhido e exaltado, quer nos seus vulgos quer em versões mais criteriosas dos principais textos

¹ “O presente texto foi adaptado do ensaio preliminar que incluímos no Relatório pedagógico submetido a provas de Agregação realizadas na Universidade de Coimbra em Dezembro de 2014. Agradeço a apreciação crítica que então recebi dos Professores José Maria Brandão de Brito, Jorge Fernandes Alves, Nuno Valério, Fernando Rosas, Joaquim Romero Magalhães e José Veiga Torres.

Entre outros, o “pai” da moderna historiografia económica portuguesa. Cf. GODINHO (2001, 50).

que escreveu, Marx trouxe à História Económica o conceito de “estrutura”, abriu o debate sobre a questão dos modelos históricos de desenvolvimento e declarou as forças materiais (a economia) o motor da História. Contributos inestimáveis que os autores mais e menos marxistas acabaram por acolher.

Em 1893, foi criada na universidade norte-americana de Harvard a primeira disciplina de História Económica. No entanto, como notou Hobsbawm (1998, 111), “a separação entre História e Economia não se fez sentir plenamente até à transformação marginalista da economia”. A dificuldade em conjugá-las é notória na própria obra de Alfred Marshall, *Principles of Economics* (1891), cujo sistema teórico é admirável, mas dificilmente acomoda a mudança histórica.

História Económica e Social e História Económica

Como sucedeu noutras revoluções científicas, a afirmação interdisciplinar da História, que viria a ter na História Económica e Social a sua primeira expressão, teve de esgrimir argumentos ante outros domínios do saber e precisou de disputar legitimidades a fim de garantir a sua individualização. Nos célebres *Combats pour l'Histoire* (1952) e na acutilante *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien* (1949), Lucien Febvre e March Bloch, respectivamente, fundadores do movimento dos Annales, abriram caminho à História económica e social. Conseguiram-no, combatendo a pretensão de Simiand e Durkheim, que pretendiam realizar a unidade das ciências sociais a partir do modelo da Sociologia (PEREIRA, 2010, 28).

Numa revolução intelectual sem precedentes nestes domínios, impelido pelas incertezas abertas pela grande crise do capitalismo e por posições epistemológicas inspiradas em Marx e na própria Sociologia moderna – ela própria,

cheia de interpelações sobre a vida económica –, o grupo dos Annales declarou guerra ao velho positivismo e à história política meramente factual. A história criada pelos Annales respondia a problemas, cruzando as estruturas de base geográfica e material com representações sociais definidas na Sociologia de Durkheim (CURTO, 2013, 27).

Em poucos anos, os Annales d'histoire économique et sociale abriram caminho à investigação reflexiva sobre a economia e a sociedade; entre 1929, ano de fundação da Revista, e 1939, ano do começo da II Guerra Mundial, 77% dos artigos publicados nas páginas dos Annales podem ser classificados como História económica². Estimulada pelas conjunturas de crise das décadas de vinte e de trinta, a história dos preços foi o campo de ensaio de importantes transformações metodológicas da História económica. Em especial, mercê dos estudos pioneiros do norte-americano Earl Hamilton, de 1934, e das obras dos franceses Ernest Labrousse e François Simiand, publicadas em 1932 (LABROUSSE, 1932; SIMIAND, 1932ab).

A afirmação da História económica como domínio científico singular não resultou apenas do esforço dos historiadores dos Annales e dos estímulos da “grande depressão”. Muito deve, também, à insistência teórica de economistas e sociólogos. Nasceu da confluência de contributos teóricos voluntários e das circunstâncias económicas e sociais que precipitaram o estudo da vida económica e social em novos moldes. As crises económicas e a erosão do pensamento económico que em regra as acompanha, sempre estimularam a atenção à história da economia.

A era do “capitalismo organizado” e as necessidades práticas de administração e planeamento prosperaram a linguagem da economia

2 Ver: CURTO (2013, 30). Citando Charles-Olivier Carbonell (1985).

historicista, ainda que ela fosse favorável ao intervencionismo económico do Estado (HOBBSAWM, 1998, 114-117). A urgência de uma adaptação teórica e prática da economia neoclássica crescera com a Grande Guerra e acentuou-se com a Grande Depressão, abrindo caminho à afirmação da econometria, que se institucionaliza, num primeiro ciclo da sua afirmação, nos anos trinta. Esse processo ocorre no mesmo período em que se regista uma intensa renovação de perspectivas no campo da História económica.

Na Grã-Bretanha, a institucionalização académica da História económica foi mais precoce do que em França e beneficiou igualmente de dinâmicas interdisciplinares. Logo em 1926, na London School of Economics nasceu a Economic History Society que, no ano seguinte, iniciou a publicação da *Economic History Review* (MENDELS, 1986, 217-218). A partir dos anos trinta, multiplicaram-se as disciplinas da especialidade em universidades britânicas e escandinavas. Renovação intensa nos modos de pensar e fazer o conhecimento histórico, levantou interrogações de “crise” – talvez uma “crise de identidade” ou insegurança na renovação dos métodos – sobre o papel da História e acerca da natureza e utilidade do discurso histórico.

Apesar dos desenvolvimentos que a História social conheceu, enquanto especialização académica ela manteve-se secundária relativamente à História económica. Sobreretudo porque esta última se especializou rapidamente, a fim de se ajustar ao discurso e aos métodos de uma teoria económica cada vez mais formal. Foi o advento da “nova história económica”. Só por finais da década de cinquenta, quando em Cambridge surgiram os *Comparative Studies in Society and History* (1958) ficou claro que a História social e a História económica iriam seguir caminhos diferentes. A primeira construir-se-ia numa demarcação crescente entre historiadores-

-economistas e economistas-historiadores; a segunda mostrar-se-ia cada vez mais interessada em transformar-se numa ampla e sofisticada “História das sociedades”, enriquecida pelas construções teóricas da Sociologia e da Antropologia social (HOBBSAWM, 1998, 83-91).

Mais adiante no tempo, o movimento crítico da “nova História”, aberto por Jacques le Goff e Pierra Nora (1974) na sequência dos ataques do etnólogo Lévi-Strauss à alegada hegemonia da História sobre as Ciências Sociais, declara a História insubmissa ao paradigma estruturalista, linha que tivera em Braudel e nos *Annales* os seus expoentes. Apelava-se ao estudo de novas instâncias da vida social. O “económico” ganhara o seu espaço, mas a saturação estruturalista e um certo imperialismo científico da “Escola dos *Annales*” estimularam os apelos a uma “história narrativa” e conduziram ao renascimento da História política, especialmente na Grã-Bretanha³.

Apesar dos distanciamentos recíprocos, quer em Inglaterra quer em França a História Económica conheceu notáveis desenvolvimentos após a II Guerra Mundial. Conjugando como poucos a História e a Economia e incorporando diversos conceitos marxistas e da Sociologia económica de Simiand, apesar da extraordinária obra escrita de Braudel, na academia francesa Ernest Labrousse foi o principal fundador da História económica e social.

Noutros países, o caminho foi mais lento e conheceu naturais especificidades. Como notou Hobsbawm, em geral “o estudo dos mecanismos económicos estava divorciado do estudo dos aspectos sociais e de outros factores que condicionam o comportamento dos agentes que constituem tais mecanismos” (HOBBSAWM, 1998, 118). A realização do primeiro Congresso de

³ Especialmente, desde a publicação do célebre artigo de Lawrence Stone (1979, 3-24).

História Económica, em 1960, em Estocolmo, e a formação da Associação Internacional de História Económica, no mesmo ano, atestam a existência de um campo vasto de investigação e o começo de uma dinâmica internacional (PEREIRA, 2010, 32-33), que havia de crescer até hoje.

Num balanço dos contributos de Marx e Schumpeter para a crescente inclusão de visões de dinâmica história na “Ciência Económica”, Hobsbawm salientou as vantagens heurísticas dessa aproximação. Neste exercício, importa recuperar uma das vantagens invocadas pelo historiador britânico: “O mero reconhecimento de que há periodicidades económicas de longo prazo que se ajustam a mudanças bastante significativas na estrutura e inclinação da economia e da sociedade, mesmo se, como os ciclos de Kondratiev, não temos a menor ideia de como explicá-las, teria reduzido a confiança dos economistas dos anos 50 e 60” (HOBSBAWM, 1998, 120).

Contributos da Economia

Do lado da Economia e dos economistas, os contributos para a definição do campo intelectual da História económica não foram menores.

São conhecidas e especialmente carismáticas as considerações de Joseph Schumpeter a propósito das relações entre a Economia e a História. Bastaria invocar o seu persistente apelo à compreensão da interdependência dos fenómenos sociais e o facto de ter considerado que, no essencial, o objecto da Economia é o próprio “processo histórico”. No entender do economista austríaco, o desenvolvimento não é apenas um fenómeno económico, antes um processo civilizacional, de natureza estrutural, porque implica múltiplas dimensões.

Influenciado pela Escola Histórica e certamente pelos marxistas, no final da sua vida Schumpeter terá reavaliado a sua visão sobre as

relações entre teoria económica e História económica a ponto de atribuir à segunda uma importância maior do que antes lhe reconhecera. Na sua monumental *History of Economic Analysis*, publicada a título póstumo em 1954, afirmou com desassombro que, caso pudesse reiniciar a sua vida como economista optando por uma só especialização, preferiria a História económica à teoria (Economics) (SCHUMPETER, 1954, 12-13). Continuando a lisonjear os historiadores, Schumpeter argumentou ainda que a maioria dos erros cometidos correntemente na análise económica se devem à falta de conhecimento histórico, mais do que a eventuais fragilidades da “ciência económica” em si mesma. Nos *Business Cycles* (1939), chegou a lamentar a sua própria inconsistência no campo da investigação histórica, embora invocasse alguma experiência de trabalho de arquivo que, ainda jovem, lhe teria valido a compreensão do que era um “registo histórico”⁴.

Por acutilantes e muito actuais que sejam, os apelos de Schumpeter não podem ser tomados como uma diatribe contra o uso da teoria económica no discurso histórico sobre factos económicos e sociais. A sua ideia seria de conciliação teórica, o que supunha uma conjugação metodológica, em vez de um conflito de perspectivas ou de interesses. Várias têm sido as interpretações sobre os apelos de Schumpeter à historicização da análise económica. Bastará fixar o repto geral que o autor austríaco lançou em “A resposta criativa em história económica” (1947), artigo que se afamou por ter aberto uma nova perspectiva sobre o papel do empresário: “Os historiadores e os economistas podem fazer, se quiserem, uma interessante e socialmente valiosa viagem juntos”⁵, advertiu.

⁴ Id., *Ensaio. Empresários, inovação, ciclos de negócio e evolução do capitalismo*, Oeiras, Celta (trad. do Inglês), 1996, p. XXVI. A referência consta da Introdução, de autoria de Richard Swedberg.
⁵ Id., *ibidem*, pags. XXVIII e XXXI.

Não menos sensíveis à inclusão da perspectiva histórica e de alguns métodos dos historiadores na “Ciência Económica” foram as reflexões e apelos de John Hicks (1904-1989), para quem o “tempo histórico” é uma categoria fundamental da análise económica. Num dos seus livros mais desafiantes, *A Theory of Economic History* (1969), Hicks propunha um equilíbrio analítico entre fenómenos gerais e particulares, ou entre regularidades e factos ocasionais, baseada na teoria económica e em outras ciências sociais, de modo a alcançar uma visão integradora das actividades humanas (HICKS, 1969, 11).

Percepções críticas e debates teóricos recentes, em especial o questionamento da visão neoclássica que tende a excluir os factores sociais e políticos da análise económica – interrogação da qual partilhamos –, têm incitado a um regresso da Economia à História. Apelos que provêm de diversos quadrantes e começam por invocar a imersão da vida económica nas instituições, em geral, e no poder político, em particular. Esta epistemologia crítica da Economia mainstream rejeita, sobretudo, a concepção redutora e imperial da ciência económica, segundo a qual a História económica se deverá limitar ao estudo da génese e crescente autonomização do “campo económico”, como se de uma teleologia se tratasse⁶.

Invocando a antropologia económica de Karl Polanyi, o francês Pierre Bourdieu foi dos mais claros na renúncia a um pensamento económico depurado de referências históricas ou etnológicas, lembrando que “(...) o mundo social está inteiramente presente em cada acção económica”. De onde a necessidade de se denunciar a ilusão da “universalidade a-histórica” dos agentes económicos, afirmando que a Economia é, pelo contrário, “(...) o produto paradoxal de

uma longa história colectiva, incessantemente reproduzido nas histórias individuais, a que só a análise histórica pode fazer justiça” (BOURDIEU, 2000, 15-18).

O “processo português” – a difícil afirmação da História Económica

Em Portugal, a institucionalização da História económica foi um movimento lento, marcado por algumas singularidades. Especificidades próprias da natureza semiperiférica ou intermédia do país⁷, em primeiro lugar, o relativo atraso da estrutura económica nacional, os desequilíbrios dos processos de modernização da economia e da sociedade portuguesas, as limitações ideológicas e culturais da própria instituição universitária explicam, genericamente, essas dificuldades de afirmação.

As considerações preocupadas com o atraso português – um atraso não apenas económico, mas também cultural e civilizacional – remontam ao século XVII. A partir de então surgiram muito ligadas a conjunturas de crise nacional, de refluxo das rendas imperiais associadas a momentos de fragilidade soberana do velho Reino ou do moderno Estado-nação. Embora diferentes entre si, esses diagnósticos sempre acentuaram percepções de distância entre o estado económico do país e o progresso que ressoava da Europa mais próspera e moderna.

As reflexões mais persistentes sobre o problema do desenvolvimento económico do Reino começaram a ser propostas por elites ilustradas em finais do século XVIII. Cerca de um século depois, esses diagnósticos ampliaram-se no âmbito do discurso literário e decadentista da “geração de 70” (Antero de Quental, Ramalho

⁶ Um dos livros mais sólidos e contundentes neste movimento de crítica à “economia mainstream”, em especial ao neo-keynesianismo, pertence a Steve Keen (2011).

⁷ Adaptado da teoria do “sistema-mundo” de Immanuel Wallerstein, para o caso português o conceito de “semiperiferia” foi especialmente elaborado por Boaventura de Sousa Santos. Nomeadamente no seguinte texto: “O Estado, as Relações Salariais e o Bem-Estar Social na Semiperiferia: o Caso Português” (1993, 15-56). Referimo-nos às obras matriciais de WALLERSTEIN (1974-1989; 1984).

Ortigão, Oliveira Martins).

A vasta produção de Memórias económicas da Academia das Ciências de Lisboa (em especial, entre 1789-1815) foi importante para o empenho da História (de uma História apegada ao naturalismo e limitada pelo sentido pragmático do memorialismo) em identificar os problemas do Reino e formular as bases económicas da nação, nomeadamente nos termos liberais da fisiocracia.

Em pleno liberalismo romântico, na segunda metade do sec. XIX, através de Antero de Quental, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e, sobretudo, Oliveira Martins, encontram-se os primeiros debates sobre as origens da clivagem cultural e económica que afastavam Portugal da Europa. Fomento Rural e Emigração, 1885, texto contemporâneo do esgotamento do projecto liberal-regenerador...

Em alguns textos destes e de outros autores de finais de Oitocentos, o “progresso” é o valor-índice de “civilização” que se procura aferir, apurando as causas endémicas da sua ausência e, em certos casos, apontando soluções regeneracionistas para o “corpo nacional”, sempre ameaçado pelos défices ou pela questão financeira.

Na obra imensa de Oliveira Martins (1845-1894) residem as primeiras tentativas de compreensão da natureza e circunstâncias do “capitalismo português”, tema quase obsessivo na historiografia económica portuguesa. A Oliveira Martins se deve o começo da historiografia moderna portuguesa, na medida em que vários dos seus textos foram pioneiros na abordagem de vários problemas económicos nacionais, questões que se haviam de confirmar persistentes.

As evidências de um desenvolvimento económico fraco e vulnerável às crises vindas

de fora alimentaram uma tradição interpretativa de raiz mercantilista, um modo de ver literário e ensaístico que atribui o atraso económico do país a condicionalismos exteriores à sociedade portuguesa. Segundo esta visão persistente na historiografia, Portugal era uma sociedade periférica dotada de uma economia dependente e manietada pelos interesses ingleses, no quadro de uma desfavorável divisão internacional do trabalho.

Ainda no século XIX, Alberto Sampaio (1841-1908), Costa Lobo (1840-1913) e Bazilio Telles (1856-1923), entre outros, também publicaram escritos de relevo para o avanço da História económica. Nomeadamente o último que, à semelhança de Oliveira Martins, avançou com propostas económicas reformadoras bem apoiadas numa perspectiva histórica, ainda que marcadamente historicistas. Um historicismo doutrinário elaborado por literatos, muito embebido na vida política do tempo e nas percepções de distância face à “Europa do progresso”.

As primeiras críticas a este quadro explicativo assente na ideia de dependência externa encontram-se nos trabalhos de Jaime Reis, Pedro Lains, Maria Eugénia Mata e David Justino⁸, entre outros, e tardaram cerca de um século. Essas teses afirmaram-se na historiografia económica portuguesa nos anos oitenta e noventa do século XX, colocando em causa as linhas de explicação do “atraso português” e da “dependência” que, em parte, se atribuíam à abertura livre-cambista da economia portuguesa na segunda metade do século XIX, período-chave na corrida pelo desenvolvimento capitalista, dadas as mudanças da economia mundial e as evidências de uma nova divisão internacional do trabalho⁹.

8 De cada autor referimos, por ordem cronológica das respectivas publicações, apenas a obra mais influente ou mais retida na história da História: Maria Eugénia Mata (1985); David Justino (1988); Jaime Reis (1993); Pedro Lains (1995).

9 Para uma síntese desses avanços interpretativos e uma problematização das teses livre-cambistas, vide David Justino (2009, 49-68).

Como notou Pedro Lains, na história da economia portuguesa, todo o atraso foi também progresso. Crescimento e atraso conviveram de forma perseverante na história económica de Portugal (LAINS, 2003, 17). Este último fenómeno de retardamento da modernização económica nas suas principais evidências, com destaque para os problemas da ilustração das elites e da medida do “progresso” – ora aferido pelo estado das “artes” (indústria manufactureira) ora pelo avanço dos “melhoramentos materiais” –, tem a sua própria história e mesmo a sua lenda. Em especial, desde que alguns países e regiões da Europa se industrializaram, suscitando comparações mais ou menos impressionantes, por vezes fatalistas, entre Portugal e a Europa e com o “estrangeiro” em geral.

Volvida a hegemonia das interpretações historiográficas centradas nas teses da “dependência” e do “subdesenvolvimento” e questionadas as perspectivas que associam o crescimento económico a factores específicos de natureza ideal (finanças públicas equilibradas, burguesia ou elites empresariais dinâmicas, níveis de instrução elevados), tem reunido algum consenso a tese, segundo a qual a modernização de economias periféricas, como a portuguesa, dependeu muito do potencial de transformação e de crescimento económico que esses países atingiram, sobretudo durante os grandes ciclos da industrialização dos dois últimos séculos.

Problemáticas, vectores de interpretação e impasses teóricos

Neste como noutros exercícios de aplicação de noções abstractas a realidades históricas e contingentes, a História económica esbarra em si própria. Os próprios cultores deste modelo de História da economia admitem a necessidade de formalizar ou testar matematicamente esse vago conceito de “potencial de crescimento económi-

co”, nomeadamente estimando o seu impacto na trajectória agregada e sectorial das economias.

A análise da transformação económica conseguida por sectores de ponta que, em determinados períodos, registaram níveis de produtividade mais elevados, tem sido uma das vias de método para responder a esta questão. Tentativa que já se encontra na principal obra de Jaime Reis (1993) (cortiça, conservas de peixe, vinhos)

No debate sobre os caminhos do desenvolvimento português e acerca da relação do País com a modernidade não faltam argumentos económicos, nem tão pouco as explicações de ordem política.

Quase obsessivas são as interpretações mentais, de uma certa natureza cultural e muito próximas da lamúria decadentista que sempre implicou apelos de regeneração nacional, em regra de teor elitista e conservador. Por muito sedutoras que sejam essas “representações” da sociedade portuguesa, a propósito da sua modernidade conseguida ou incompleta e da convergência ou atraso económico do país, essas imagens só serão menos mitificadoras se incorporarem a análise social e a empiria da História económica.

As interpretações mais consensuais sobre a história da economia e sociedade portuguesas têm salientado a sua natureza paradoxal. Por um lado, a evidência de uma sociedade homogénea e estável, que há séculos se traduz numa comunidade nacional coesa e sem grandes fracturas étnicas, linguísticas ou territoriais. Por outro lado, a evidência, também ela estrutural, de uma sociedade profundamente assimétrica em termos de educação, rendimento e bem-estar, realidade “dual” que o padrão de crescimento económico português do segundo pós-guerra acabou por ampliar.

Para um retrato sintético do Portugal contemporâneo e das entorses do seu processo de desenvolvimento, basta recordar a interpretação dicotómica proposta por Miriam Halpern Pereira (2001, 113-137): um “crescimento agrícola sem industrialização” (segunda metade do século XIX); uma “industrialização sem reforma agrária” (terceiro quartel do século XX).

A resiliência dos factores de contexto

Em Portugal, o nascimento da História económica foi assim tardio e exprimiu-se de modo particular. Em parte devido à longevidade da ditadura salazarista e ao condicionamento que o sistema exerceu sobre as ciências sociais, a História económica surgiu e foi-se afirmando apartada de outras realidades.

Por causa da asfixia ideológica da Universidade e do temor do aparelho repressivo face às conotações marxistas do “económico” e do “social”, a investigação e ensino da História, em geral, só avançaram no âmbito de uma contracultura historiográfica, que em boa medida sobreviveu e cresceu à margem da Universidade. Não por acaso, até à Revolução de 25 de abril de 1974, que derrubou a ditadura de Salazar e Caetano, a maioria dos historiadores que conseguiram renovar a historiografia portuguesa fizeram-no fora do sistema. Eram professores de liceu, publicistas e intelectuais, em parte influenciados pelo marxismo e, mais directamente, pelo movimento dos Annales.

Igualmente importante foi o interesse de diversos economistas e geógrafos portugueses pela História económica. No segundo pós-guerra, esse empenho começou a evidenciar-se na Revista de Economia, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), onde surgiram artigos teóricos e outros, aplicados ao caso português (BASTIEN, 2001, 73-

76). Nos anos de chumbo do salazarismo, num contexto de estabilização política do regime e de alguma modernização económica, a crise de legitimidade do corporativismo facilitava o acolhimento de novas correntes do pensamento económico. Circunstâncias que acabaram por favorecer a introdução da síntese neoclássica-keynesiana, bem como a publicação de alguns textos marxistas especialmente interessados na perspectiva histórica, a exemplo dos estudos de Armando Castro (1945;1947).

A organização curricular do ISCEF, nessa época a única escola universitária portuguesa dedicada ao ensino da Economia, foi profundamente renovada em 1949. Depois de então, diversos economistas começaram a perspectivar a questão do desenvolvimento português acolhendo contributos da teoria económica e social, incluindo a economia política de Marx, conforme se referiu, mas cada vez mais a obra de Keynes e mesmo a de Schumpeter¹⁰.

Especialmente importante para o arranque dos estudos económicos sobre a questão do atraso económico português e para o avanço dos métodos de análise baseados nos primeiros dados de contabilidade nacional foi a abordagem estruturalista expressa no trabalho conjunto de Francisco Pereira de Moura, Luís Maria Teixeira Pinto e Manuel Jacinto Nunes, *A estrutura da economia portuguesa* (1954).

A cooperação económica europeia em que Portugal se envolveu durante esse período, aderindo à OCEE e à EFTA e promovendo alguma abertura das políticas económicas autárquicas, também estimulou a renovação metodológica dos economistas portugueses abrindo caminho a estudos sobre as questões do rendimento nacional e do crescimento económico comparado. Foi disso exemplo o relatório apresentado à EFTA,

¹⁰ Para uma síntese deste movimento, vide C. Bastien (1989).

em 1964, por Valentim Xavier Pintado (2002), *Structure and growth of the Portuguese economy*, entretanto reeditado.

Apesar destes movimentos de aproximação à História económica, foi fora do reduto académico e longe dos estudos superiores formais que disciplina se inaugurou em Portugal. As Faculdades de Letras de Lisboa, Coimbra e Porto, criadas pela República no âmbito do seu reformismo positivista e laicista, tardaram a interessar-se pela História económica. A publicação de documentos e o culto de uma erudição eminentemente arquivística dominaram a investigação e o ensino por muitos anos (PINTADO, 2002, 2-3).

De forma assaz enumerativa, mas chamando a atenção para a importância da história das ideias económicas, Moses Bensabat Amzalak (1893-1978), professor do Instituto Superior do Comércio de Lisboa e depois Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, deu à estampa dezenas de opúsculos sobre a recepção e as especificidades da Economia Política em Portugal, estudo que mais tarde inspirou uma profunda análise e sistematização dos primórdios da Economia no nosso país, levada a cabo por José Luís Cardoso¹¹.

Depois da Grande Guerra e no contexto da Grande Depressão, que em Portugal coincidiu com os anos de institucionalização do Estado Novo, a História económica continuou quase ausente do que se escrevia e ensinava. Excepção importante foi a volumosa História de Portugal de Fortunato de Almeida (1869-1933), profes-

sor de liceu e da Escola Normal Superior de Coimbra, que reservou uns poucos capítulos à descrição da actividade económica do Reino e a questões da fazenda pública (MAGALHÃES, 1988, 3-4).

Embora quase limitada a uma perspectiva mercantil da História da economia portuguesa, a obra de Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico* (1929), veio propor mais do que uma periodização dos ciclos da vida económica nacional. Igualmente importante foi a sua participação na monumental História de Portugal (“de Barcelos”, como ficaria conhecida), dirigida, entre 1928 e 1954, por Damião Peres, professor nas Faculdades de Letras do Porto e de Coimbra. Numa rara deambulação pela realidade económica nacional, nessas páginas Lúcio de Azevedo salientou alguns aspectos sociais da economia referindo-se com detalhe à vida económica do Reino nas idades Média e Moderna.

A viragem decisiva

Do exílio antisalazarista vieram decisivos contributos para a renovação da historiografia portuguesa. Tal como António Sérgio, Jaime Cortesão (1884-1960) assentou interpretações novas sobre a formação de Portugal e os problemas do Reino e do Império. Deteve-se a interpretar a actividade económica do território na sua dimensão ultramarina e discutiu as vicissitudes do império nas suas relações com a natureza do Estado. A sua escrita da História não assentava apenas em factos descritivos, já buscava modelos explicativos de natureza global.

A herança intelectual de outro “seareiro”, António Sérgio (1883-1969), e a polémica que gerou a sua História de Portugal (1941), juntamente com outros escritos para os quais convocou a Geografia e a Etnologia, tumultuaram a historiografia portuguesa e contribuíram decisivamente para a inclusão dos aspectos eco-

¹¹ De Amzalak, destacuemos a colectânea, *Do Estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal* (1928). De J. L. Cardoso, salientamos, respectivamente, a sua tese de doutoramento e o memorialismo económico que coligiu: *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do Século XVIII, 1780-1808*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989; *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)* (1987); *Memórias Económicas da Real Academia das Ciências de Lisboa, para o Advanço da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal, e as suas Conquistas* (1990).

nômicos (em particular do comércio marítimo) na análise histórica¹².

Mas foi Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011) quem mais e melhor renovou os métodos da incipiente História económica que se fazia em Portugal¹³. O seu empreendimento científico colheu especial inspiração nas obras de Lucien Febvre e Fernand Braudel e apoiou-se numa sólida formação multidisciplinar, recursos a que se juntavam uma obstinada exigência metodológica e a busca incessante de quadros explicativos. Assumiu um papel decisivo na implantação científica e pedagógica da História económica em Portugal.

Entre os anos cinquenta e sessenta, na Faculdade de Letras de Lisboa sobressaíram os estudos de Jorge Borges de Macedo (1921-1996)¹⁴, que abriram caminho à história da indústria em Portugal, uma problemática central nos futuros debates sobre as razões e circunstâncias do desenvolvimento económico português.

Ainda mais decisivo para o nascimento de uma história económica portuguesa foi o contributo de A. H. de Oliveira Marques (1933-2007). Foram inovadores os estudos que primeiro publicou sobre o comércio externo português na Idade Média, os seus ensaios de história da agricultura e os textos que deixou sobre diversos temas económicos, sempre em boa articulação com as conjunturas políticas e estruturas sociais (MARQUES, 1959; 1962). Não por acaso, a consistência desalinhada do pensamento historiográfico de A. H. de Oliveira Marques e de Vitorino Magalhães Godinho, bem como a coragem política que ambos mostraram em plena

“crise académica” de 1962, valeram-lhes a demissão da Universidade.

Nesse tempo de viragem da historiografia portuguesa, alguns historiadores estrangeiros também publicaram estudos de reconhecida qualidade sobre História económica de Portugal. Destacaram-se Frédéric Mauro (1921-2003)¹⁵ e, de forma mais persistente, Albert Silbert (1915-1996)¹⁶, este último especialmente inovador nos temas de história agrária, nos estudos demográficos e na geo-história das regiões portuguesas.

Também a partir de França, embora de nacionalidade portuguesa, Miriam Halpern Pereira começou a marcar a historiografia económica portuguesa em 1971, ano em que publicou o seu livro mais fecundo, ainda hoje muito debatido. Em Livre-câmbio e desenvolvimento económico, o problema do atraso económico português era analisado no contexto europeu de Oitocentos. Embora recuperasse argumentos de Oliveira Martins (1885) e Basílio Teles (1901) – os estímulos que, paradoxalmente, a “dependência” da Grã-Bretanha teria acabado por trazer ao crescimento capitalista da agricultura portuguesa –, Halpern Pereira propunha uma causalidade nova para o desenvolvimento português. Nesse e noutros escritos posteriores, a historiadora trouxe uma interpretação integrada da vida económica portuguesa, uma visão menos presa às representações culturais decadentistas e mais próxima dos debates “desenvolvimentistas”¹⁷.

Igualmente em 1971, ficou completa a publicação do primeiro Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, outro professor de liceu. Os seis volumes do Dicionário, obra em que colaboraram inúmeros historiadores, acolheram diversas entradas sobre temas de História económica (MAGALHÃES, 1988,

12 Particularmente a sua perseguida História de Portugal, de que fez sair o primeiro tomo em 1941, na Portugália Editora, com o subtítulo de Introdução Geográfica.

13 Vide J. Romero Magalhães (1988, 1-16).

14 Em especial as seguintes obras: A Situação Económica ao Tempo de Pombal. Alguns Aspectos (1951); O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular, 1803-1813 (1962); Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII (1963).

15 Ver: F. Mauro (1960).

16 Ver: A. Silbert (1968).

17 Ver: M. Halpern Pereira (1971). Esta obra encontra-se devidamente contextualizada num texto de Pedro Lains (2009, 37-48).

14). Abertura semelhante foi visível na História de Portugal dirigida por A. H. de Oliveira Marques, editada em dois volumes, em 1972 e 1973 respectivamente, síntese em que as estruturas e conjunturas económicas detêm uma presença inédita, embora predominantemente factual.

Nesses mesmos anos foram apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra duas dissertações de doutoramento muito relevantes para a afirmação da História económica e social e diplomática: A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640, de António de Oliveira; A Colónia do Sacramento e a Sucessão de Espanha, de Luís Ferrand de Almeida (1922-2006).

Nos tempos finais do Estado Novo, os movimentos de renovação da historiografia portuguesa já eram intensos e difíceis de travar. Em especial nos domínios da História económica e social, precisamente aqueles que mais haviam transformado os modos de ver e fazer História noutros países.

A prolongada sobrevivência da ditadura não impediu que a História económica começasse a fazer parte dos curricula em diversas escolas de ensino superior. Inclusão que se deve aos progressos da investigação nessa área e, indirectamente, às dinâmicas do crescimento económico do país, que acabaram por estimular a ampliação do ensino da Economia, bem como das engenharias.

Em 1972 – com dezenas de anos de atraso em relação a inúmeros países – abriu em Lisboa, na Licenciatura em Económicas do Instituto Superior de Economia, a primeira disciplina de História Económica em Portugal, confiada ao historiador Joel Serrão.

No ano seguinte, na recém-criada Facul-

dade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) principiou, também, o ensino de História Económica, entregue a Joaquim Romero Magalhães, discípulo de Vitorino Magalhães Godinho e autor de uma vasta obra em história económica e social da época moderna. Ousadia que em 1972 se repetiu no novo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, onde a regência de História Económica foi assumida pelo economista Alfredo de Sousa (1931-1994). Na FEUC, o ensino da História económica robusteceu-se no ano lectivo de 1976-77, mediante a inclusão da disciplina de História Económica Portuguesa no plano de estudos da Licenciatura em Economia. Foi seu primeiro regente A. H. de Oliveira Marques, um dos principais historiadores portugueses¹⁸.

A decisiva afirmação da História económica em Portugal deu-se apenas – e sem surpresa – após a Revolução de 25 de Abril de 1974. A democratização política e a libertação social favoreceram a adopção da História económica, ou da História económica e social, em todas as escolas superiores, quer de Economia quer de Letras e Humanidades. Dinâmicas que depressa se ampliaram e robusteceram. A criação da Revista de História Económica e Social, em 1978, e o nascimento da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), em 1980, ambas por iniciativa de Vitorino Magalhães Godinho, apoiado num grupo de jovens docentes e estudantes, foram avanços fundamentais.

Não tardou a formação de uma rede de investigadores em História económica e social. A extraordinária abertura que a APHES sempre cultivou e a reconhecida dinâmica dos seus encontros científicos anuais têm sido factores decisivos para a afirmação da História económica em Portugal¹⁹. Em 1986, a APHES tornou-

¹⁸ Cf. Jaime Ferreira (2003, 102-134).

¹⁹ Vide: Pedro Lains (2005, 1-3).

-se membro da International Economic History Association.

O tempo recente: pluralidade, internacionalização e especialização

Entretanto, verificou-se uma acentuada especialização dos professores e investigadores portugueses, em parte por efeito de doutoramentos realizados no estrangeiro, por outra devido a uma crescente desvalorização académica da História económica e social de matriz “braudeliana” e estruturalista. Estas tendências, ainda em curso, têm tornado mais evidente a bifurcação entre historiadores-economistas e economistas-historiadores, perfis muito mais complementares do que antagónicos.

Mais recentemente, em parte por razões financeiras e organizacionais, verifica-se um afastamento da investigação em História – tendência ainda mais acentuada em História económica – relativamente ao ensino.

Em Portugal, embora tardiamente, essa diferenciação entre os campos da investigação e da docência, parece-nos um resultado natural do crescimento da investigação induzida por programas de financiamento público e organizada em projectos colectivos. Apesar das suas imperfeições, este processo e o sistema que o organiza – a Fundação para a Ciência e Tecnologia e o seu quadro estratégico e normativo – têm gerado mais produção científica, maior escrutínio e mais internacionalização. Mas tem sido, também, um factor de padronização produtivista dos temas e problemáticas dominantes, tendência que pode conduzir a algum confinamento e artificialidade dos projectos e a esforços de conversão da História, em geral, num conhecimento aplicado e visivelmente “útil”.

Na verdade, a maioria das Ciências So-

ciais integraram a História no seu discurso que, de uma forma ou de outra, procura reter a historicidade inerente aos fenómenos sociais em breves apontamentos de contextualização (GRANGER, 2013, 51). Mais redutora é a perspectiva que toma a História como “ciência experimental” da Economia ou de outras Ciências Sociais, visão instrumental que quase replica o velho hábito da História metódica e neo-metódica de definir as suas “ciências auxiliares” – a paleografia, a arquivística e várias outras.

Há muito a História, em geral, conheceu um processo de ampliação pública, por vezes resultante numa certa vulgarização, que parece ter acrescido o seu uso instrumental. Em especial, quando no espaço público se abordam fenómenos económicos que sugerem o recurso ao passado. A abordagem jornalística das flutuações negativas da economia e das crises são exemplos do uso corrente da História económica como “ciência auxiliar” (ou mero recurso de ilustração) de uma certa história pública.

Na verdade, o campo da História económica (incluindo a História económica e social e a “business history”) tornou-se muito expressivo à escala internacional, embora permaneça menos visível do que outras especialidades, sobretudo quando comparada com a história política e com a nova vaga da “global history”.

Por outro lado, a “des-historicização” das ciências sociais, transformação epistemológica que não é nova, tem confirmado a tendência para a diluição minimalista do discurso histórico no âmbito de outros tipos de discurso, bem como a cooptação da História por diversos campos das Ciências Sociais. Por vago que pareça, o problema da “trans-historicidade” ou, em termos mais alarmistas, a abolição da História, faz parte das mutações culturais que a Europa atravessa

e que as sociedades ocidentais experimentam²⁰. Tendências que não deixam de penetrar na História Económica, condicionando o seu clima epistemológico.

Em 2012 contavam-se 56 associações ou “societies” de História económica no mundo, presentes nos mais diversos países e em todos os continentes, com certeza menos do que aquelas que realmente existem²¹. Em 1993, pela primeira e única vez o Prémio Nobel de Economia foi atribuído a dois historiadores da especialidade, Robert W. Fogel e Douglass C. North, considerados pioneiros da cliometria.

O nosso conceito de História – por formação, escolha e experiência de investigação-ensino – valoriza todas as especialidades que podem confluir numa história económica realmente “social”. Como alertou Bourdieu, a Economia – sobretudo, quando a estudamos historicamente – não pode ser tomada como um domínio separado, onde imperam leis naturais e universais que a sociedade e a política não podem nem devem contrariar. A pensarmos assim, estaríamos a negar a historicidade da própria História económica; acreditaríamos que o mercado é o meio óptimo e exclusivo para organizar a produção e as trocas de modo eficaz (BOURDIEU, 2000, 24-25). Em contracorrente, hoje são muitos os autores que consideram que a Economia carece de um retorno à História. Ou seja, são diversas as vozes que defendem o retorno da História a uma perspectiva favorável ao estudo das instituições e das relações de poder que se podem captar se preferirmos modelos de acção e interacção a modelos de decisão (MARQUES, 2010, 153).

Em tempos de globalização, torna-se ainda mais evidente que a História económica resulta da interacção de fenómenos materiais e

intangíveis que cruzam as fronteiras dos Estados-Nação. Nem por isso, a história das economias nacionais deixa de ser relevante. No caso português, o carácter periférico da economia portuguesa tem sido apontado como argumento de apelo ao seu estudo histórico, na medida em que as continuidades e mudanças da economia a que chamamos “nacional” se acham importantes para elucidar questões mais vastas de História económica europeia e mundial²².

Além destes bons motivos, o estudo e o ensino da História Económica Portuguesa justificam-se por si mesmos, enquanto informação e conhecimento que alimentam uma cultura histórica dos fenómenos económicos alicerçada no entendimento dos factores de transformação da estrutura económica no longo prazo. Não será esse o objecto mais estável e interpelante da História Económica?

20 Vide François Hartog (2003, 113-162).

21 Cf. <http://edirc.repec.org/echistory.html>. Consulta realizada em 28 de agosto de 2013.

22 Estes argumentos têm sido invocados, nomeadamente, por Pedro Lains (2003, 21-31); COSTA (2011. 443-451).

Bibliografia

AMZALAK, Moses Bensabat. Do estudo e da evolução das doutrinas econômicas em Portugal. Lisboa: ed. de autor, 1928.

BASTIEN, Carlos. “A divisão da História do Pensamento Económico em períodos”, Revista de História Económica e Social, nº 1, 2ª série, 1º semestre de 2001.

_____. Para a História das Ideias Económicas no Portugal Contemporâneo. A Crise dos anos 1945-1954, vol. 2, Lisboa: Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1989.

BOURDIEU, Pierre Bourdieu. Les structures sociales de l'économie. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

CARDOSO, José Luis. O Pensamento Económico em Portugal nos finais do Século XVIII, 1780-1808. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

_____. (Org.). Memórias Económicas Inéditas (1780-1808). Lisboa: Academia das Ciências, 1987.

_____. (introd. e dir.) Memórias Económicas da Real Academia das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal, e as suas Conquistas. Lisboa: Banco de Portugal, 1990 .

CASTRO, Armando. Alguns aspectos da Agricultura Nacional. Coimbra: s/e, 1945.

_____. Introdução ao estudo da Economia Portuguesa. Lisboa: Edições Cosmos, 1947.

COSTA, L. Freire, LAINS, P. e MIRANDA, Susana M, História Económica de Portugal, 1143-2010. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.

CURTO, Diogo Ramada. Para que serve a história?, Lisboa: Tinta-da-China, 2013.

GRANGER, Christophe (dir.). À quoi pensent les historiens? Faire de l'histoire au XXIe siècle. Paris: Éditions Autrement, 2013.

GODINHO, Vitorino Magalhães. “Da dificuldade de pensar o nosso tempo”, Revista de História Económica e Social, nº 1, 2ª série, 1º semestre de 2001.

_____. Introdução à História Económica. Lisboa: Livros Horizonte, 1970.

FERREIRA, Jaime. “Nos 30 anos da FEUC”, Notas Económicas, Junho 2003.

HARTOG, François. Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HAMILTON, Earl. *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1934.

HICKS, J. A. *Theory of Economic History*, London and New York. Oxford University Press, 1969.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras (trad. do Inglês), 1998.

JUSTINO, David. *A Formação do Espaço Económico Nacional (Portugal, 1810-1913)*, 2 vols., Lisboa: Vega, 1988.

_____. “O livre-câmbio e o fontismo revisitados através dos debates parlamentares”, in J. Vicente Serrão; M. de Avelar Pinheiro; M. de Fátima Sá e Melo (orgs.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

KEEN, Steve. *Debunking Economics – Revised and Expanded Edition*. London: Zed Books, 2011.

LABROUSSE, E. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*. Paris: Librairie Dalloz, 1932.

LAINS, Pedro. *A Economia Portuguesa no Século XIX. Crescimento Económico e Comércio Externo, 1851-1913*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

_____. *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

_____. “The Associação Portuguesa de História Económica e Social: The First 25 Years (1980-2005)”, *e-Journal of Portuguese History*, vol. 3, number 1, Summer 2005.

_____. “História e crítica da tese da dependência”, in *Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, org. José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *Faire de l'Histoire*, 3 vols. Paris: Gallimard, 1974.

MACEDO, Jorge Borges de. *A Situação Económica ao Tempo de Pombal. Alguns Aspectos*. Porto: Livraria Portugália, 1951.

_____. *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular, 1803-1813*. Lisboa: Delfos, 1962.

_____. *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. Lisboa: Associação

ção Industrial Portuguesa, 1963.

MAGALHÃES, J. Romero. “De Victorini Magalhães Godinho vita, scriptis et in adversis animi fortitudine”, *Separata de Estudos e Ensaio*s, 1988.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa: ed. de autor, 1959.

_____. *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962.

MARQUES, Rafael. “Motores, fotos, quimeras e monstros: quão performativa é a Ciência Económica?”, in Vítor Neves e José Castro Caldas (orgs.). *A Economia sem Muros*. Coimbra: Almedina, 2010.

MATA, Maria Eugénia. *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*. Universidade Nova de Lisboa, 1985 (dissertação de Doutoramento, policopiada).

MAURO, F. Mauro. *Le Portugal et l’Atlantique au XVIIe siècle*. Paris, SEVPEN: 1960.

MENDELS, F. “Histoire Économique”, André Burguière (dir.), *Dictionnaire des Sciences Historiques*. Paris: PUF, 1986.

MISES, Ludwig von. *Teoría e Historia. Una interpretación de la evolución social y económica*, Madrid, Unión Editorial, 2010, p. 233. Traduzido da edição norte-americana de 1957.

PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

_____. *O Gosto pela História. Percursos de História Contemporânea*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

_____. *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

PINTADO, V. Xavier. *Structure and growth of the Portuguese economy*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002

REIS, Jaime. *O Atraso Económico Português, 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

SILBERT, A. *Le Portugal méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime: XVIIIe-début du XIXe siècle: contribution à l’histoire agraire comparée*. Paris: SEVPEN, 1966;

_____. *Le problème agraire portugais au temps des premières cortès libérales*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1968.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. “O Estado, as Relações Salariais e o Bem-Estar Social na Semiperiferia: o Caso Português”, in: SOUSA SANTOS, Boaventura (Org.) Portugal: um retrato singular. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

SCHUMPETER, Joseph A. History of Economic Analysis, New York, Oxford University Press, 1954.

SIMIAND, F. Le Salaire, l'évolution sociale et la monnaie, essai de théorie expérimental du salaire, Paris, Félix Alcan, 1932.

_____. Les fluctuations économiques à longue période et la crise mondiale. Paris : Félix Alcan, 1932.

STONE, Lawrence. “The revival of narrative: reflections on a new old history”, Past and Present, nº 85, 1979.

WALLERSTEIN I. The Modern World-System, 3 vols. New York: Academic Press, 1974-1989;

_____. The Politics of the World-Economy. The States, the Movements and the Civilizations: Essays. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.